Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

KPDS 178106

Conteúdo

Relatório anual da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis **6**

Balanços patrimoniais **9**

Demonstração dos resultados **10**

Demonstração do resultado abrangente **11**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **12**

Demonstração dos fluxos de caixa **13**

Notas explicativas às demonstrações contábeis **14**

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.085.630/0001-55

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2016	31.12.2015
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. O projeto estratégico "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira", referente à Chamada nº 013/2011- ANEEL – Projeto Jaíba continua com os mesmos parceiros da Transudeste, isto é, Cia Transleste e Cia Transirapé, mas sob a responsabilidade da proponente Furnas e a gestão da Empresa CEI Solar.

   Com as alterações sofridas no projeto as executoras vêm realizando os trabalhos de forma a concluir, agora, as atividades de pesquisas em tecnologia fotovoltaica, capacitação profissional, estudos de pré-viabilidade, desenvolvimento de equipamentos, dentre outros, sendo a implantação da usina para uma próxima etapa.

2. Buscando inovações tecnológicas na área de energia elétrica novos investimentos em projetos de P&D estão sendo avaliados pela Cia Transudeste, aguardando apenas recursos suficientes para uma nova licitação.

Responsabilidade Socioambiental

1. Medidas de uma Política Ambiental sustentável norteiam a Cia Transudeste na busca permanente de minimizar os impactos causados ao meio ambiente durante a implantação e nos trabalhos de manutenção e operação do empreendimento.
2. Programas ambientais sustentáveis são mantidos anualmente ao longo dos municípios por onde a linha de transmissão atravessa, estabelecendo o correto equilíbrio entre as ações de engenharia de manutenção e a conservação social e ambiental.
3. Ofícios de diversos Órgão Governamentais, principalmente ao da Agência Reguladora – ANEEL, solicitando e ressaltando a importância de campanhas educativas e regulares de esclarecimentos à população no sentido de se evitar a prática de queimadas, a Cia Transudeste continua realizando, tanto de caráter preventivo quanto corretivo, as campanhas educativas ao longo do trajeto de sua linha de transmissão.

4. No mês de setembro de 2016 realizamos nos municípios de Ibertioga e São Sebastião da Vitória, ambos situados no Estado de Minas Gerais, palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social de forma renovada e lúdica, conscientizando a população local do perigo e do potencial das queimadas e suas condições letais ao meio ambiente, distribuindo em seguida amplo material educativo. Antecipando o Tema principal da palestra "Queimada", divulgamos durante dois meses (agosto e setembro de 2016),

através das principais rádios da região, um spot alertando e conscientizando a população local do perigo das queimadas.

5. Paralelamente ao tema queimada, abordou-se a ocorrência dos furtos de treliças/cantoneiras das estruturas na região de Ibertioga, informando a função delas para manter a estabilidade e a segurança das torres de uma linha de transmissão, além dos prejuízos operacionais que podem ocasionar e, principalmente, o risco maior para a vida humana, pois devido à alta tensão pode resultar em morte.

6. Como sempre fazemos no programa de Comunicação Social, visitamos aleatoriamente alguns proprietários ao longo da linha, esclarecendo dúvidas e a importância da linha de transmissão para a comunidade.

7. Mantivemos durante o ano de 2016 as mesmas ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa da servidão, com vistas à prevenção de prováveis interferências da vegetação na operação e segurança da linha.

8. Consciência social, ambiental, a sustentabilidade do meio ambiente e a relação harmoniosa entre um empreendimento e a população justifica todo o trabalho que a Transudeste vem desenvolvendo ao longo destes anos de concessão.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	REGULATÓRIO 31/12/2016	**REGULATÓRIO 31/12/2015**	**SOCIETÁRIO 31/12/2016**	**SOCIETÁRIO 31/12/2015**
Lucro Liquido	12.877	10.420	15.761	14.265
EBITDA	19.796	18.619	20.207	20.025

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transudeste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transudeste de Transmissão

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.123	5.995
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	6	2.643	2.289
Contas a receber ativo financeiro	6	24.202	21.496
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	126	141
Outros ativos circulantes		1.177	81
Total do ativo circulante		**32.271**	**30.002**
Não circulante			
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	6	194	143
Contas a receber ativo financeiro	6	77.840	79.747
Outros ativos não circulantes		11	1.127
Imobilizado		22	6
Intangível		40	58
Total do ativo não circulante		**78.107**	**81.082**
Total ativo		**110.378**	**111.084**

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		122	115
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	19.067	14.567
Dividendos a pagar	11	888	3.388
Tributos e contribuições sociais	7	613	570
Encargos regulatórios	9	1.015	822
Outros passivos circulantes		43	42
Total do passivo circulante		**21.748**	**19.504**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	-	18.724
Tributos diferidos	7	3.192	3.179
Total do passivo não circulante		**3.192**	**21.904**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		30.000	30.000
Reserva de lucros		55.438	29.513
Dividendos adicionais propostos		-	10.164
Total patrimônio líquido		**85.438**	**69.677**
Total do passivo e patrimônio líquido		**110.378**	**111.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos resultados

Periodo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	13	**22.325**	**22.071**
Custo de operação			
Serviços de terceiros		(812)	(854)
Pessoal		(178)	(157)
Material		(7)	(4)
Outros		(335)	(454)
		(1.332)	**(1.469)**
Lucro operacional bruto		**20.993**	**20.602**
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(430)	(398)
Material		(6)	(5)
Serviços de terceiros		(303)	(177)
Outras		(68)	(67)
		(807)	**(647)**
Outras despesas		(1)	-
		(1)	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**20.185**	**19.955**
Resultado financeiro			
Receita financeira	14	877	936
Despesa financeira	14	(4.284)	(5.607)
		(3.407)	**(4.671)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**16.778**	**15.284**
Imposto de renda corrente	12	(669)	(650)
Contribuição social corrente	12	(335)	(322)
IR e CS diferidos	7	(13)	(48)
		(1.017)	**(1.019)**
Lucro líquido do exercício		**15.761**	**14.265**
Lucro por ações		**0,53**	**0,48**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente

Periodo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	15.761	14.265
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	15.761	14.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Periodo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Reserva de lucros				
	Capital Social	**Legal**	**Reserva de Retenção de Lucros**	**Dividendos Adicionais Propostos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2015	30.000	3.566	21.802	2.562	-	57.930
Reversão dos acionistas	-	-	3.432	(2.562)	-	870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.265	14.265
Reserva legal	-	713	-	-	(713)	-
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(3.388)	(3.388)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	10.164	(10.164)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**30.000**	**4.279**	**25.234**	**10.164**	**-**	**69.677**
Dividendos adicionais destinados à reserva de lucros	-	-	10.164	(10.164)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.761	15.761
Reserva legal	-	788	-	-	(788)	-
Reserva de lucros do exercicio	-	-	14.973	-	(14.973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**30.000**	**5.067**	**50.371**	**-**	**-**	**85.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa

Periodo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.761	14.265
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	20	21
Encargos s/empréstimos e variações monetárias e cambiais	4.150	5.567
Baixa de ativos	1	
	19.931	**19.853**
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	(405)	311
Contas a receber ativo financeiro	(799)	(729)
Tributos e contribuições sociais	15	(72)
Outros ativos	20	(2)
	(1.168)	**(492)**
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	7	(97)
Tributos diferidos	13	48
Tributos e contribuições sociais	43	124
Encargos regulatórios	97	(103)
Outros passivos	1	(106)
	161	**(133)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**18.924**	**19.228**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de titulos e valores mobiliários	-	-
Aplicações no Imobilizado	(16)	(1)
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento	**(16)**	(1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(2.500)	(2.148)
Pagamento juros do financiamento	(4.265)	(5.416)
Amortização das parcelas do financiamento	(14.014)	(9.975)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(20.779)**	**(17.539)**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(1.872)**	**1.688**
Demonstração do amento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.995	4.307
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.123	5.995
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(1.872)**	**1.688**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP R$ (*)	Índice de correção
005/2005	30	04/03/2035	24.899	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098 de 28/06/2016

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nessas demonstrações contábeis.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.2 Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.4 Instrumento Financeiro - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Tributação

3.4.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.4.2 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transudeste são calculados pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.6 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). -Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.6.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.6.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- receita de juros;
– despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.8 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)
  As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

  As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)
  As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

  As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)
  A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

  A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)
  A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

  A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- IFRS 16 Leases (Arrendamentos)
  A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

  A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

  A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

− Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

− Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	3	2
Bancos	118	78
Aplicações Financeiras	4.003	5.915
Total	**4.123**	**5.995**

As aplicações financeiras de 2016 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada " BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado" com remuneração pós-fixada no ano de 2016 de 96,79% do CDI;

6 Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e permissionárias (6.1)	2.612	2.179
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	225	254
Ativo financeiro (6.2)	102.042	101.243
	104.879	**103.675**
Ativo circulante	26.845	23.785
Ativo não circulante	78.034	79.890

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

6.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

6.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

a. Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Atencipação contantes no AVC;

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão;

b. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	101.616
Receita de operação e manunteção	1.995
Remuneração do ativo financeiro	21.535
Realização do ativo financeiro	(23.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**101.243**
Receita de operação e manunteção	**2.211**
Remuneração do ativo financeiro	**21.885**
Realização do ativo financeiro	**(23.297)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**102.042**
Contas a receber ativo financeiro - circulante	**24.202**
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	**77.840**

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2016	**31/12/2015**
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	27	28
IRRF a compensar	99	113
	126	**141**
Passivo circulante		
IRPJ	282	287
CSLL	134	130
COFINS	137	107
Outros	60	46
	613	**570**
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	**3.192**	**3.179**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

a. IR e CS diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.131
Imposto diferido reconhecido no resultado	48
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.179**
Imposto diferido reconhecido no resultado	**13**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.192**

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2016			**31/12/2015**
	Circulante			
	Principal	**Encargos**	**Total**	Total
Moeda Nacional				
Debêntures	18.723	344	19.067	33.291
Total	**18.723**	**344**	**19.067**	**33.291**

Os recursos contratados referente a Debêntures foram de R$47.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias através do Itaú Unibanco S.A.. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

A Cia tem a obrigação de cumprir com o limite da dívida líquida no montante de R$50.700 para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM.

Os financiamentos objetivam melhor estruturação da implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos pela emissão das debêntures a longo prazo são:

Ano	**Debêntures**	**Total**
2017	19.067	19.067

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	43.268
Variação Monetária e Cambial	
Provisões de juros	5.414
Juros pagos	(6.310)
Amortizações de principal	(9.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.291
Variação Monet. Cambial empréstimos	**-**
Provisões de juros	4.054
Juros pagos	(4.265)
Amortizações de principal	(14.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**19.067**

9. Encargos Regulatórios

	31/12/2016	31/12/2015
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	32	28
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	857	670
Taxa de Fiscalização ANEEL	126	124
Total	**1.015**	**822**
Circulante	**1.015**	**822**

10. Partes relacionadas

Contratos da fase operacional

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.

- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 agosto de 2007.

- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora.

Demonstração do resultado	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	1.364	1.473
FURNAS	976	947
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	709	678
FURNAS	352	321

Ativo Circulante	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	150	150
FURNAS	112	103
Adiant. a Fornecedores		
Transleste - Rateio	-	1

Passivo Circulante	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	53	20
FURNAS	30	27
Transleste - Rateio	51	19
Dividendos Pagos		
CEMIG	600	516
FURNAS	625	537

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2016 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R$177, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social autorizado e integralizado era de R$30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Quantidade de ações - 2016			
	Integralizadas		**% do Capital**	
Acionista	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Votante**	**Total**
Transminas Holding S/A	12.300.000	-	41%	41%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	7.200.000	-	24%	24%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.500.000	-	25%	25%
EATE	3.000.000	-	10%	10%
	30.000.000	-	100%	100%

b. Reservas de lucro

- ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis

anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei n° 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de Reserva de Retenções de Lucros.

d. Destinação do lucro líquido

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	15.761	14.265
Constituição Reserva legal	(788)	(713)
Base de cálculo de dividendos	14.973	13.552
Dividendos Declarados	-	(3.388)
Reserva de Lucros Retidos	(14.973)	(10.164)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

e. Dividendos propostos

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	3.019
Destinação ARCA/AGO	3.388
Dividendos pagos no exercício	(3.019)
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	**3.388**
Destinação ARCA/AGO	-
Dividendos pagos no exercício	(2.500)
Div. Declarados Minimo obrigatório do exercicio	-
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2016	888

A legislação societária brasileira, Lei nº6.404/76, determina a distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas por meio do arigo 202:

"Art202. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecidos no estatuto ou, se este for omisso, a importância determinada de acordo com as seguintes normas..."

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia (art.202§4°). É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuídas deve ser destinada à constituição de reserva especial.

Com este procedimento estabelecido em lei é a retenção de lucros por meio da constituição de reservas de lucros que poderão não necessariamente ser destinadas ao pagamento de dividendos, já que poderão vir a ser absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

12. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita de concessão de transmissão	2.211	2.211	1.995	1.995
Remuneração de ativos da concessão	21.885	21.885	21.535	21.535
Receita Operacional	24.096	24.096	23.530	23.530
Receita Ajustada	(411)	(411)	(1.560)	(1.560)
Receita operacional ajustada	23.685	23.685	21.970	21.970
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.895	2.842	1.758	2.636
Receitas financeiras	877	877	936	936
Base de cálculo	2.772	3.719	2.694	3.572
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	**669**	**335**	**650**	**322**

No ano 2016 a Companhia optou pelo Forma de tributação baseada no Lucro Presumido.

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

13. Receita operacional líquida

	31/12/2016	**31/12/2015**
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	2.211	1.995
Remuneração dos ativos financeiros da concessão	21.885	21.535
	24.096	**23.530**
Deduções da receita operacional		
PIS	(154)	(143)
COFINS	(710)	(659)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(592)	(365)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(220)	(204)
Taxa de Fiscalização	(95)	(88)
	(1.771)	**(1.459)**
Receita operacional líquida	**22.325**	**22.071**

14. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	877	917
Outros Receitas Financeiras	-	19
	877	**936**
Despesas Financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(4.054)	(5.410)
Variações cambiais e monetárias diversas	(189)	(157)
Outras despesas financeiras	(41)	(40)
	(4.284)	**(5.607)**
Total do resultado financeiro	**(3.407)**	**(4.671)**

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2016	**Empréstimos e recebíveis**	**Outros passivos Financeiros**
Caixa e equivalentes de caixa	4.123	-
Contas a receber	2.837	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	19.067
Fornecedores	-	122
Total	6.960	19.189

Em 31/12/2015	**Empréstimos e recebíveis**	**Outros passivos Financeiros**
Caixa e equivalentes de caixa	5.995	-
Contas a receber	2.433	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	33.291
Fornecedores	-	115
Total	8.428	33.406

b. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 647 usuários, com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros.

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

Análise de sensibilidade

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Análise de sensibilidade elaborada sobre a receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 25% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. O cenário II foi calculado com deterioração de 50% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

				Projeção Receitas Financeiras - Um Ano	
Aplicações financeiras	**Saldo conta aplicações**	**Indexador**	**Posição em 31/12/2016**	**Risco de redução**	
				Cenário I (-25%)	**Cenário II (-50%)**
			13,55%	**10,16%**	**6,78%**
BB Amplo e BNB	4.003	CDI	877	419	279

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros – empréstimos e financiamentos

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a CDI.

O cenário I considera um aumento de 25% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante da dívida atual. O cenário II foi calculado com aumento de 50% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

			Projeção Despesas Financeiras – Um Ano	
Empréstimos e Financiamentos	**Indexador**	**Posição em 31/12/2016**	**Risco de redução**	
			Cenário I (+25%)	**Cenário II (+50%)**
		14,00%	**17,50%**	**21,00%**
Despesas Financeiras	CDI	4.284	5.034	5.184

c. Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Marcos Antônio Carvalho Gomes- Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

João Procópio Campos Loures Vale - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC N° MG-067247/0-2